

Citizen manifesto

‘Making Mozambique a safe country for citizens’

Introduction

We are a group of Mozambicans concerned about the direction the country has taken. We have different political sensibilities, but we feel united by the ideal of independence, which translates into a strong commitment to peace, development, social justice and equal opportunities. Like every Mozambican, we want the best for Mozambique.

Last October, Mozambicans were called upon to choose their representatives. Electing and being elected are acts of citizenship. Exercising citizenship, in turn, is the highest point of the daily celebration of the struggle for national independence in honour of the women and men who sacrificed themselves so that we would be free and in honour of all those who fought for human dignity.

Nevertheless, the circumstances in which the elections were held showed that we still have a long way to go to fully realise the project of independence. The country's sovereignty is deeply threatened by an armed insurgency in Cabo Delgado, but also, throughout the country, by precarious living conditions and class and gender inequality. Inequal opportunities, access to goods and services and income distribution, youth unemployment, precariousness and the growing informalisation of work, crime rates in the main urban centres, extreme vulnerability to natural disasters, continued dependence on external economic support are some of the factors that condition the exercise of sovereignty. Added to all this is the fact that our economy and prospects for social development are increasingly dependent on foreign investment in major extractive and primary projects that attract large international companies, which constrains the more diversified, articulated and inclusive development of the country and its human and socio-economic potential, making the country more vulnerable to international crises.

We also note with concern the erosion of trust in state institutions and the political system. We condemn the recent barbaric murder of two opposition politicians, the disproportionate response of the national police to popular demonstrations and the limitation of citizens' right to communicate. Once again, our country is proving to be unsafe for the exercise of citizenship.

Our appeal

Our country is at a crucial moment in its evolution as a sovereign and independent state. The post-election crisis reinforces the need for reflection, seriousness and a renewed commitment to the founding ideal of our nation. This renewal is done by strengthening citizenship and, consequently, by widening the spaces for exercising citizenship. We register this concern with an urgent appeal to the need to (re)make Mozambique a safe country for citizenship.

Making Mozambique a safe country for citizens means seriously reflecting on our political system so that it encourages, facilitates and protects the exercise of citizenship. We have identified the following as points for reflection that cannot be postponed:

- Separation of powers;
- Presidential powers;
- Electoral justice;
- Political participation and inclusion;
- Decentralisation and regional and local autonomy;
- Freedom of expression and information;
- Patterns and structures of economic and social development, and macroeconomic policies;
- National reconciliation;
- Role of the State.

As a Reflection Group, we converge in identifying these points. We consider them to be those that a responsible political community needs to address in order to realise its potential and achieve its objectives. We trust in the principle of political pluralism and therefore have faith in the ability of our political parties, social organisations and all the living forces of society to find the most appropriate institutional arrangements so that the result of reflection on the points identified can be translated into the strengthening of citizenship and, in this way, the recovery of the ideals of freedom, autonomy, self-determination, social justice and human dignity.

We are aware that the vote was cast on the basis of an individual assessment of the political proposals and their contribution to the pursuit of this supreme objective. We believe that the vote was conscious in the name of the ideal of nationhood that we must emulate. We invite all political actors and all the living forces of society to identify with this political agenda within their ideological space. Without prejudice to the work of the electoral institutions under the law, we call on all parties and relevant political actors to convene a National Conference that unites all the political sensitivities of our social fabric so that together we can discuss how to overcome this post-election crisis in the spirit of 'Making Mozambique a safe country for citizens'.

Conclusion

If in order to wake up from the long colonial night we had to shout 'Independence or Death, we will win!', today, in order to honour that determination, we must exalt the promotion of the principle of citizenship as a guarantee of the value of our dignity as a sovereign and independent nation.

United in difference, we are Mozambique!

We are (alphabetical order):

Carlos Nuno Castel-Branco, academic (economist)

Carlos Serra, environmentalist (jurist)

Constantino Pedro Marrengula, academic (economist)

Egna Sidumo, academic (political scientist)

Elísio Macamo, academic (sociologist)

José Jaime Macuane, academic (political scientist)

Gabriel Muthisse, economist

Kátia Taela, academic (anthropologist)

Severino Ngoenha, academic (philosopher)

Tomás Timbane, jurist (academic)

Tomás Vieira Mário, jurist (journalist)

<English translation by DeepL>

=====

Manifesto cidadão

“Fazer de Moçambique um País seguro para a cidadania”

Introdução

Somos um grupo de moçambicanos e moçambicanas preocupados com o rumo que o País tem tomado. Temos sensibilidades políticas diversas, mas sentimo-nos unidos pelo ideal de independência que se traduz num compromisso forte com a paz, desenvolvimento, justiça social e igualdade de oportunidades. Como toda a moçambicana é todo o moçambicano, queremos o melhor para Moçambique.

No passado mês de Outubro, moçambicanos e moçambicanas foram chamados para escolherem os seus representantes. Eleger e fazer-se eleger são actos de cidadania. O exercício da cidadania, por sua vez, constitui o ponto mais alto da celebração quotidiana da luta pela independência nacional em honra das mulheres e dos homens que se

sacrificaram para que fossemos livres e em honra de todos aqueles que lutaram pela dignidade humana.

Não obstante, as circunstâncias em que as eleições foram realizadas mostraram que ainda temos um longo caminho a percorrer para a realização plena do projecto de independência. A soberania do País está profundamente ameaçada por uma insurgência armada em Cabo Delgado, mas também, em todo o País, pelas precárias condições de vida e pela desigualdade de classe e de género. As desigualdades de oportunidades, de acesso a bens e serviços e de distribuição do rendimento, o desemprego juvenil, a precariedade e a crescente informalização do trabalho, os índices de criminalidade nos principais centros urbanos, a extrema vulnerabilidade aos desastres naturais, a contínua dependência de apoio económico externo são alguns dos factores que condicionam o exercício da soberania. A tudo isso se adiciona o facto de a nossa economia e as perspectivas de desenvolvimento social estarem cada vez mais dependentes de investimento estrangeiro em grandes projectos extractivos e primários que atraiam grandes empresas internacionais, o que constrange o desenvolvimento mais diversificado, articulado e inclusivo do país e das suas potencialidades humanas e socioeconómicas, tornando o país mais vulnerável às crises internacionais.

Registamos, igualmente e com preocupação, a erosão da confiança nas instituições do Estado e no sistema político. Condenamos o recente bárbaro assassinato de dois políticos da oposição, a resposta desproporcional da polícia nacional às manifestações populares bem como a limitação do direito de comunicação dos cidadãos. Mais uma vez, o nosso país revela-se inseguro para o exercício da cidadania.

O nosso apelo

O nosso País encontra-se num momento crucial da sua evolução como Estado soberano e independente. A crise pós-eleitoral reforça a necessidade de reflexão, seriedade e renovação do compromisso com o ideal fundador da nossa nação. Essa renovação faz-se através do reforço da cidadania e, por conseguinte, do alargamento dos espaços de exercício da cidadania. Registamos esta preocupação com um apelo urgente à necessidade de (re)fazermos Moçambique como um País seguro para a cidadania. Fazer de Moçambique um País seguro para a cidadania significa reflectir seriamente sobre o nosso sistema político para que ele encoraje, facilite, e proteja o exercício da cidadania. Identificámos como pontos de reflexão que não podem ser adiados os seguintes:

- ♣ Separação de poderes;
- ♣ Poderes presidenciais;
- ♣ Justiça eleitoral;
- ♣ Participação e inclusão política;
- ♣ Descentralização e autonomia regional e local;
- ♣ Liberdades de expressão e de informação;
- ♣ Padrões e estruturas de desenvolvimento económico e social, e políticas macroeconómicas;
- ♣ Reconciliação nacional;
- ♣ Papel do Estado.

Como Grupo de Reflexão convergimos na identificação destes pontos. Consideramo-los como sendo os que uma comunidade política responsável precisa de abordar para realizar o seu potencial e lograr os seus objectivos. Confiamos no princípio do pluralismo político e, por isso, temos fé na capacidade dos nossos partidos políticos, das organizações sociais e de todas as forças vivas da sociedade de encontrarem os arranjos institucionais mais adequados para que o resultado da reflexão sobre os pontos identificados se traduza no reforço da cidadania e, por essa via, na recuperação dos ideais de liberdade, autonomia, autodeterminação, justiça social e dignidade humana.

Estamos conscientes de que o voto foi exercido na base duma avaliação individual das propostas políticas e seu contributo para a prossecução deste objectivo supremo. Acreditamos que o voto foi consciente em nome do ideal de nação que devemos emular. Convidamos todos os actores políticos e todas as forças vivas da sociedade a se identificarem com esta agenda política dentro do seu espaço ideológico. Sem prejuízo do trabalho das instituições eleitorais de direito, exortamos todos os partidos e actores políticos relevantes a convocarem uma Conferência Nacional que una todas as sensibilidades políticas do nosso tecido social para juntos discutirmos como ultrapassar esta crise pós-eleitoral no espírito de “Fazer de Moçambique um País seguro para a Cidadania”.

Conclusão

Se para despertarmos da longa noite colonial tivemos que gritar “Independência ou Morte, Venceremos!”, hoje, para honrarmos essa determinação devemos exaltar a promoção do princípio da cidadania como garante do valor da nossa dignidade como nação soberana e independente.

Unidos na diferença, somos Moçambique!

Nós somos (ordem alfabética):

Carlos Nuno Castel-Branco, académico (economista)

Carlos Serra, ambientalista (jurista)

Constantino Pedro Marrengula, académico (economista)

Egna Sidumo, académica (cientista política)

Elísio Macamo, académico (sociólogo)

José Jaime Macuane, académico (cientista político)

Gabriel Muthisse, economista

Kátia Taela, académica (antropóloga)

Severino Ngoenha, académico (filósofo)

Tomás Timbane, jurista (académico)

Tomás Vieira Mário, jurista (jornalista)